

Projeto de Lei 24/2025

Protocolo 40788 Envio em 26/05/2025 11:42:13

Institui o "Programa Municipal de Inclusão Produtiva de Grupos Vulneráveis no Município de Paraguaçu Paulista" e dá outras providências.

- Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Paraguacu Paulista, o Programa Municipal de Inclusão Produtiva de Grupos Vulneráveis, com a finalidade de promover ações integradas para a capacitação, qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e apoio ao empreendedorismo de:
 - I mulheres:
 - II pessoas com deficiência (PcD);
 - III idosos;
 - IV pessoas em situação de vulnerabilidade social.
 - Art. 2º. São objetivos do Programa:
 - I promover a autonomia econômica dos grupos vulneráveis;
 - II ampliar o acesso a oportunidades de emprego e renda;
 - III fomentar o empreendedorismo social e solidário;
 - IV reduzir as desigualdades sociais e econômicas no município.
 - Art. 3°. O Programa será desenvolvido por meio de:
- I parcerias com entidades públicas e privadas para oferta de cursos de capacitação e qualificação profissional;
- II criação de um Banco de Talentos Inclusivo, para encaminhamento ao mercado de trabalho:
 - III concessão de apoio técnico e orientação para empreendedores;
- IV promoção de campanhas de conscientização sobre a importância da inclusão produtiva.
- Art. 4º. O Poder Executivo poderá estabelecer convênios com o Sistema "S" (SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE) e outras entidades para execução do Programa.
- Art. 5°. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.
 - Art. 6°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista/SP, 26 de maio de 2025.

DANIEL RODRIGUES FAUSTINO

Vereador



JUSTIFICATIVA

A presente proposta legislativa tem como finalidade instituir o Programa Municipal de Inclusão Produtiva de Grupos Vulneráveis no Município de Paraguaçu Paulista, com o objetivo de promover ações integradas e permanentes que favoreçam a capacitação, qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e estímulo ao empreendedorismo de mulheres, pessoas com deficiência, idosos e demais cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

Trata-se de medida que concretiza importantes dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual estabelece como fundamentos da República:

- a dignidade da pessoa humana (art. 1°, III);
- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, IV); e
- como objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3°, IV).

Ademais, o art. 170 da Constituição consagra como princípio da ordem econômica a busca pelo pleno emprego, sendo dever do Estado fomentar políticas públicas que garantam oportunidades de trabalho e renda a toda a população, com especial atenção àquelas parcelas historicamente excluídas do desenvolvimento econômico.

O enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas constitui um dos mais importantes desafios dos governos locais, exigindo ações proativas, integradas e inclusivas que promovam a autonomia econômica e a inserção produtiva dos grupos vulneráveis.

No que se refere às mulheres, é notório que, apesar de avanços legislativos, ainda enfrentam significativos obstáculos de acesso ao mercado de trabalho em condições de igualdade, com persistentes desigualdades salariais, precarização das condições de trabalho e baixa representatividade em setores produtivos estratégicos.

As pessoas com deficiência (PcDs), por sua vez, são protegidas pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que estabelece como direitos fundamentais a inclusão no mercado de trabalho e a participação plena e efetiva na sociedade, impondo ao poder público a obrigação de fomentar políticas específicas de qualificação e empregabilidade, bem como ações afirmativas.

Os idosos, protegidos pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), também merecem especial atenção nas políticas públicas de inclusão produtiva, visando ao prolongamento da vida ativa, ao estímulo à participação econômica e ao combate ao idadismo e à exclusão social.

Por fim, as pessoas em situação de vulnerabilidade social, frequentemente impactadas por processos de desigualdade estrutural, necessitam de políticas públicas que promovam sua autonomia econômica, reduzam as desigualdades e fortaleçam os vínculos comunitários.



Nesse sentido, o Programa proposto busca desenvolver uma estratégia integrada de inclusão produtiva, contemplando:

- parcerias público-privadas;
- articulação com o Sistema "S" (SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE);
- criação de um Banco de Talentos Inclusivo, que permitirá melhor articulação entre a oferta e a demanda de trabalho;
- além da promoção de campanhas de conscientização sobre a importância da inclusão produtiva.

A iniciativa também dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente:

- ODS 1: Erradicação da pobreza;
- ODS 5: Iqualdade de gênero;
- ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico;
- ODS 10: Redução das desigualdades.

Por fim, ressalta-se que a execução deste Programa poderá ocorrer com custo reduzido ao erário, mediante a celebração de convênios e parcerias com instituições especializadas, otimização de recursos existentes e articulação entre secretarias municipais.

Desta forma, a presente iniciativa representa uma política pública estratégica para o fortalecimento do desenvolvimento local sustentável, a promoção da justiça social e a garantia dos direitos fundamentais dos grupos vulneráveis.

Submeto, assim, o presente projeto de lei à elevada apreciação dos nobres pares, na certeza de que contribuirá significativamente para a construção de um Município mais inclusivo, justo e desenvolvido.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista/SP, 26 de maio de 2025.

DANIEL RODRIGUES FAUSTINO

Vereador